DESAFIOS ATUAIS DO CAMPO DEMOCRÁTICO E POPULAR: UMA SEGUNDA CHANCE[1]

Roberto Véras de Oliveira[2]

Apresentação

A eleição de Lula, em 2002, por sua condição de autêntica liderança popular e pela condição do PT como um partido de base popular e tradição de esquerda, decididamente estabeleceu, do ponto de vista simbólico, um marco na evolução política do país, cujo caráter conservador e autoritário de tão proeminente jamais se conseguiu disfarçar.

O arranjo de forças sociais e políticas, que teve na sua origem as lutas operárias e populares do final dos anos 70 e início dos 80 e que, através de organizações como o PT e a CUT, conformou o que ficou conhecido por *campo democrático e popular*, inaugurou uma perspectiva alternativa de democracia para o país, projetou a liderança de Lula e o lançou candidato a presidente em quatro eleições sucessivas. A partir de uma vitória extraordinária e sob um clima de *esperança* generalizado, mas diante de limitadíssimas margens de manobra, formou-se a expectativa de que o novo governo tinha a imensa tarefa de reinventar o caminho do desenvolvimento, do emprego, da distribuição de renda, da inclusão social, da independência nacional, da cidadania e, por que não?, da democracia em sentido substantivo.

Passados quase quatro anos, não é fácil realizar-se um balanço sistemático do que foi a trajetória do novo governo. Esta envolveu uma diversidade de aspectos complexamente combinados entre si. Não é nada difícil encontrar aí indicações de

[1] O presente texto é uma adaptação e atualização de um artigo publicado sob o título "Governo Lula, pacto social e ação sindical", em coletânea organizada por Véras, Roberto *et al*, Relações laborais e sindicalismo em mudança: Portugal, Brasil e o contexto transnacional, Coimbra: Quarteto, 2004.

[2] Doutor em Sociologia e professor da UFCG/PPGCS.

avanços, de inflexões, de incoerências, de contradições. Isso, nos campos social, econômico, político, das relações internacionais, ético, cultural. Os sentimentos produzidos na sociedade, e que podem ser traduzidos de algum modo pela configuração criada no recente processo eleitoral, incluem manifestações de frustração, de indignação e de apatia, mas também de tolerância, de defesa e de renovação do apoio. Evidentemente, as conseqüências de tudo isso sobre o que no período anterior se chamou *campo democrático e popular*[3] contribuiu para mudar definitivamente sua configuração e possibilidades.

No presente texto, embora inspirado e desafiado pelo modo como o debate político está posto no atual momento no Brasil, não pretendemos aqui tratar de um balanço dos últimos quatro anos, seja no que se refere ao desempenho do governo, seja quanto às implicações que a nova situação trouxe para o CDP. Mas, tão somente, situar alguns elementos históricos que, conforme entendo, são fundamentais para identificarmos as potencialidades e limitações desse *campo* e, com isso, sugerir pistas, que eventualmente poderiam ser exploradas em uma outra ocasião, sobre o futuro da construção da democracia e da cidadania no país sob o contexto criado com a reeleição de Lula.

Sobre o significado histórico e simbólico da vitória de Lula

A vitória de Lula nas eleições de 2002, como não poderia deixar de ser, suscitou uma onda de reflexões sobre os seus significados mais profundos. Um dos aspectos mais evidenciados relacionou-se com a "quebra", em algum nível, de preconceitos arraigados historicamente na sociedade brasileira, a respeito das gentes oriundas das classes populares. Foi, por exemplo, o que destacou a socióloga Maria Vitória Benevides, ao mesmo tempo que, considerando os limites de tal ruptura, ponderou sobre os custos que poderá ainda implicar: "Lula presidente será injustamente

[3] Como nos utilizaremos dessa expressão recorrentemente ao longo do texto, para poupar o leitor, adotaremos daqui por diante a sigla CDP sempre que nos referirmos a ela.

cobrado pelo que os doutores fizeram e por aquilo que ele não poderá fazer em 'tempo real'"[4].

Em entrevista ao site da campanha de Lula[5], a referida socióloga considerou os resultados daquela eleição uma "verdadeira revolução democrática", entendida como "uma mudança dentro do regime democrático para um governo que terá como eixo estruturante o social" e que, de maneira inédita, deverá contar com o apoio da sociedade civil organizada, "que é, afinal de contas, o que garante a legitimidade de um governo na democracia". Benevides também destacou o caráter singular do PT, de origem "efetivamente popular", uma discrepância com a tradição política do país, incluindo quanto ao que se refere à esquerda[6]. Admitiu, no entanto, que se tratava de um processo que estava apenas começando: "Temos que ser modestos, porque mudar uma cultura no sentido de mudar a mentalidade, mudar formas de se envolver com política, de atuar na política, isso é algo que requer algum tempo".

Antônio Cândido se referiu ao significado simbólico da vitória de Lula como "uma investidura histórica conferida pelo povo brasileiro"[7]. Tratar-se-ia da "incorporação do 'quarto estado' às esferas que decidem o rumo do país". Quanto ao que há de especial no perfil de Lula, acrescenta: "Note-se que ele não é um trabalhador que, pelo esforço, conseguiu sair da sua classe e incorporar-se às elites dominantes, como Lincoln. A singularidade no seu caso é que continua essencialmente identificado aos interesses da sua classe, mas decidido a atender às necessidades de todo o povo brasileiro".

---

[4] *Folha de São Paulo*, 28/10/02.

[5] www.lula.org.br.

[6] "Lembro-me de uma das reuniões que deram início ao partido, no final dos anos 70, com antigos socialistas muito militantes a vida inteira, como Antonio Candido, e outros que já se foram, como Sérgio Buarque de Hollanda, Mario Pedrosa e Helio Pellegrino. O Helio, sempre muito bem falante, disse: 'Olha a nossa satisfação, Perseu Abramo, olha nossa satisfação de nós, socialistas, aqui reunidos mais uma vez. E é a primeira vez que nós estamos participando da fundação de um partido e nós não somos os donos da bola'. Então, essa origem efetivamente popular, de base, de agregação de movimentos populares, das sociedades de base, do sindicalismo etc., isso chegar ao poder máximo da República é realmente um feito sensacional. Eu diria que é a vitória mais importante da nossa história".

7 *Folha de São Paulo*, 28/10/02.

Para Cândido, a formação de uma consciência política mais autônoma entre os trabalhadores brasileiros teve como um marco decisivo as greves do ABC em meados do decênio de 1970, ambiente no qual surgiu a liderança de Lula. "Agora, a sua escolha para presidir o país significa não apenas o reconhecimento da sua notável capacidade, mas, também, da sua qualidade de representante dos trabalhadores, finalmente chamados a participar do governo como força ao lado de outras".

Em artigo divulgado eletronicamente, a *Fundação Perseu Abramo*, órgão do PT[8], se propôs a buscar o significado histórico da vitória de Lula nas diversas tradições republicanas de interpretação do Brasil. Começando com Caio Prado Jr., tido como marxista, mas crítico da interpretação dogmática da realidade brasileira, patrocinada com maior peso pelo PCB. Na ótica desse autor, para um país que sempre desdenhou o valor do trabalho na sociedade, "a vitória de Lula nas eleições presidenciais poderia ser entendida como um momento decisivo do encontro de uma força política orgânica ligada às classes trabalhadoras com a ordem política, em torno a um projeto de construção da nação". Na perspectiva de Celso Furtado, a vitória de Lula significou a possibilidade de iniciar a superação do subdesenvolvimento, só possível de ser enfrentado através de "reformas de base" e do "alargamento da dinâmica pública", apontando claramente para a "autonomia (não isolamento) do Brasil frente aos grandes centros capitalistas, em uma dinâmica que combinasse mercado interno e distribuição de renda". Já do ponto de vista da crítica de Raimundo Faoro à tradição política brasileira, marcada, até nos governos de FHC, pelo *patrimonialismo*[9], o resultado das eleições teria significado "o anti-elitismo, a impregnação popular, a quebra do círculo das elites que sempre dominaram a tradição política brasileira". O texto se refere, ainda, à tradição *comunitarista* cristã, que sob "uma crítica ética e a condenação moral dos padrões

8 *Periscópio*, boletim eletrônico quinzenal da Fundação Perseu Abramo, nº 22, novembro de 2002, www.fpabramo.org.br.

9 A partir do qual, "o Estado brasileiro, na maior parte de sua história, teria se organizado e agido a partir do mando de um estamento privilegiado, fatal para uma democracia verdadeira e para a expansão da cidadania".

históricos do capitalismo brasileiro" recebe certamente a eleição de Lula como a "boa nova".

Para José Luiz Fiori[10], ao contrário do que tentou passar a candidatura oficial, procurando colocar o debate entre a "modernidade" e o "atraso", o que de fato estava em jogo era uma velha disputa entre três projetos para o Brasil. Um deles, o *liberalismo econômico*, que na sua primeira versão predominou até a crise econômica de 1930 e baseou-se na defesa intransigente de uma política monetária ortodoxa, do equilíbrio fiscal e do padrão-ouro. Tais idéias, apesar de perderem espaço a partir do Estado Novo, mantiveram-se presentes nos planos político, econômico ou cultural do país, até virem novamente `a tona com o liberalismo *anti-varguista* e *anti-estatista* do governo FHC. O segundo projeto, o *nacional-desenvolvimentismo* ou *desenvolvimentismo conservador*, que surgiu como uma "reação defensiva e pragmática" à crise econômica de 1929 e assumiu um lugar preponderante durante o Estado Novo. Baseou-se em um papel decisivo do desenvolvimento econômico e se propôs à construção de uma "economia nacional". Teve como seu momento áureo o governo JK, mas prolongou-se pelo Regime Militar, especialmente na gestão de Geisel. O terceiro deles, o *projeto popular*, que jamais ocupou o poder estatal, mas se manteve sempre presente "no campo da luta ideológico-cultural e das mobilizações sociais e democráticas". Envolveu movimentos como o sindicalismo do começo do século e o tenetismo. Mas foi sobretudo nos anos 50/60 que, mesmo se aproximando, no campo das idéias e das alianças políticas, do *desenvolvimentismo conservador*, começou a esboçar um "projeto de desenvolvimento econômico nacional e popular", acrescentando à industrialização e ao crescimento econômico acelerado a necessidade da democratização da terra, da renda, da riqueza, do sistema educacional e do sistema político. Veio o Golpe e tais idéias só foram retomadas com o movimento da resistência democrática e com a emergência do *novo sindicalismo*, que estiveram na origem do PT. De alguma maneira, esteve presente no debate da redemocratização, tendo influenciado

10 *Agência Carta Maior*, 28/10/02.

significativamente o texto da Constituição de 1988. Agora ganhava novo impulso com o governo Lula.

Em geral, as reflexões aqui consideradas, de ângulos diversos, referem-se a uma *promessa*, que tem raízes históricas na formação, em conflito, da sociedade e do pensamento brasileiro. Que adquiriu ares de um projeto mais *autônomo* na transição do Regime Militar ao Estado de Direito democrático. Que, ao mesmo tempo em que evoluiu em diálogo com as mudanças ocorridas no Brasil e no mundo, afirmou-se como *alternativa de poder* no jogo político do país sobretudo a partir das eleições presidenciais de 1989. E que naquela ocasião, na condição não só de bandeira de segmentos organizados da *sociedade civil* mas também de projeto de *governo*, precisaria testar suas possibilidades de tornar-se *realidade*.

A eleição de Lula em 2002 já é uma marca inquestionável na história do país e da América Latina. Entretanto, mesmo naquele momento em que se configurava um novo contexto político no país, havia claras indicações de que seus desdobramentos seriam imprevisíveis. Tratou-se, sempre, de um jogo difícil, a ser decidido tanto em partidas domésticas como internacionais, em geral tendo que atuar sob as regras e condições determinadas pelo grande capital.

Nesses termos, cada um dos segmentos envolvidos em tal percurso - partidos, movimentos populares, sindicalismo, ONGs, entre outros – foram exigidos a se ajustarem ao novo contexto, reapropriando-se do já vivido, buscando apreender os significados e possibilidades do novo momento e redefinindo seu lugar e estratégias de atuação.

Com vistas a apurarmos um olhar sobre esses acontecimentos orientando-se sob uma perspectiva referenciada nos movimentos sociais populares, aportamos algumas considerações sobre o percurso do CDP e sobre as tensões que delimitam o cenário no qual se anunciou um novo momento na vida do país com a eleição de Lula.

O Campo Democrático e Popular e o Governo Lula

A emergência do *novo sindicalismo*, a partir da retomada das lutas operárias e populares, na passagem dos anos 70 aos 80, é o marco inicial de construção de uma nova perspectiva de *democracia* e de *política* na história do país, ao assentar-se sob uma referência de *autonomia* do projeto político dos trabalhadores[11]. Daí derivaram-se, de maneira mais expressiva e imediata, o PT, em 1980, e a CUT, em 1983, mas envolveu, sob diversos vínculos, pontos de identidade e relações de compromisso, outros movimentos sociais, organizações populares, pastorais e ONGs, que então surgiam em todas as regiões do país.

No correr dos anos 80, o PT, na condição de "partido de massas, de lutas, democrático e socialista"[12], se afirmou como a principal *expressão partidária*, a referência comum mais visível, de um campo de forças sociais e políticas, que foi se construindo como um projeto alternativo ao processo de "transição conservadora"[13], conduzido pela Aliança Democrática. O fez demarcando posições em situações decisivas. Atuou de maneira distintiva na Campanha das Diretas, em 1984. Com a derrota da Emenda Dante de Oliveira no Congresso Nacional, posicionou-se pelo boicote à eleição de Tancredo Neves pela via do Colégio Eleitoral. Denunciou o teor autoritário, confiscatório e populista do Plano Cruzado, em 1986. Buscou imprimir ao processo Constituinte uma perspectiva *democrática* e *popular*, entre 1987 e 1988. Logrou levar a candidatura de Lula, da *Frente Brasil Popular*, para o segundo turno das eleições presidenciais de 1989, polarizando com o projeto neoliberal-conservador, liderado por Fernando Collor.

O fato de ter nascido da auto-afirmação e politização dos próprios movimentos sociais, colocou desde o início para o PT um problema de delimitação de fronteiras em relação àqueles. Para alguns estudiosos, no entanto, ao contrário do que em

---

[11] Uma boa abordagem, em tempo, nesse sentido pode ser encontrada em Garcia, Marco Aurélio, "São Bernardo: A (Auto)Construção de um Movimento Operário", *Desvios*, São Paulo, ano 01, nº 01, 1982.

[12] Nas palavras de Moisés, José Álvaro, "Partido de Massas, Democrático e Socialista", *in* Sader, Emir (org), *E Agora, PT?*, Rio de Janeiro, Editora Brasiliense, 1986.

[13] Nos termos de O'Donnell, Guilhermo, "Hiatos, Instituições e Perspectivas Democráticas", *in* O'Donnell, G. e Reis, F. W. (orgs), *Democracia no Brasil: Dilemas e Perspectivas*, São Paulo, Vértice, 1988.

geral aconteceu na relação entre partidos socialistas de base operária e o sindicalismo, que fez deste "correia de transmissão" daqueles, no caso do PT inicialmente teria ocorrido quase uma inversão. José Álvaro Moisés, por exemplo, referindo-se à experiência do PT nos anos 80, admite que não só a autonomia dos movimentos e organizações populares com os quais constituiu relação foi respeitada, como os movimentos social e sindical de diversas maneiras o usaram como meio para levar suas posições à sociedade. Chegou até a alertar para um risco: "O partido se torna simples conduto e deixa, assim, de cumprir as suas funções de direção e de universalização"[14].

Entre todos os segmentos organizados com os quais estabeleceu relações de identidade e compromisso, foi com a CUT que o PT construiu desde as origens de ambos laços políticos mais fortes e com quem sua imagem mais se associou, positiva ou negativamente, no imaginário popular[15]. De um lado, o referido partido sempre foi uma força política amplamente majoritária entre os militantes da CUT[16], embora jamais tenha tido aí uma presença monolítica, sempre atuando a partir de *tendências*, que guardam historicamente posições conflitivas entre si. Para além desse vínculo, a CUT construiu-se como parte destacada do CDP, apoiando decididamente, embora com os cuidados suscitados por sua condição de organização *sindical*, as quatro candidaturas de Lula à presidência, inclusive como um importante fator de unidade interna.

De outro lado, também é verdade que parte expressiva dos *petistas* teve origem ou manteve-se atuante no sindicalismo CUT, o que vale não só para os primeiros

---

[14] Moisés, José Álvaro, Op. Cit., pp. 184-185.

[15] Para uma reconstituição histórica da trajetória da CUT, desde suas origens aos dias atuais, contextualizada na evolução do processo político brasileiro dos últimos 30 anos, ver Véras de Oliveira, Roberto, "Sindicalismo e Democracia no Brasil: Atualizações – Do Novo Sindicalismo ao Sindicato Cidadão", Tese de Doutorado, FFLCH/USP, 2002.

[16] No III Congresso Nacional da CUT, realizado em 1988, por exemplo, cerca de 90% dos mais de 6 mil delegados presentes declararam preferência partidária pelo PT (Rodrigues, Leôncio Martins, *CUT: Os Militantes e a Ideologia*, Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1990). Tal preferência manteve-se mesmo depois da adesão da Corrente Sindical Classista, ligada ao PC do B, em 1990, e da criação do PSTU, a partir de grupos antes ligados ao PT: por ocasião do V Congresso Nacional da CUT, 75,5% dos 2 mil delegados declararam preferência partidária pelo PT, enquanto 12,3% o fizeram em relação ao PC do B e 6,5% quanto ao PSTU (CUT, "Perfil e Opiniões dos Delegados ao V Congresso Nacional da CUT", agosto de 1996, mimeo).

momentos[17]. Não obstante tamanho vínculo, o respeito mútuo às autonomias respectivas jamais foi posto em questão. Ao contrário, em certas circunstâncias chegou-se até à configuração de posições destoantes entre si[18].

Da mesma maneira, no que se refere ao caso do MST, surgido em meados da década de 80, quando o PT e a CUT já estavam constituídos, preservou-se uma relação marcada por uma demarcada independência e, ao mesmo tempo, um compromisso fundamental e recíproco com o CDP[19].

Evidentemente, as variadas relações de identidade e compromisso, que constituíram o CDP, articulando, de um lado, uma diversidade de forças sociais e, de outro, formas partidárias, tendo o PT e a figura simbólica de Lula no seu centro, têm sofrido mudanças importantes ao longo de sua trajetória. A crescente institucionalização do processo político do país, ao implicar significativamente nas próprias formas de inserção política dos movimentos e organizações sociais[20], repercutiu de maneira decisiva sobre tais relações, valorizando cada vez mais o pólo partidário e os momentos eleitorais.

De outra parte, a crise das experiências de construção do socialismo, eclodida na passagem dos anos 80 aos 90, também impactou diretamente sobre os segmentos

---

17 Estudo de Leôncio Martins Rodrigues, por exemplo, realizado sobre o perfil dos Deputados Federais eleitos em 1998, conclui: "A composição social dominante petista estaria, pois, formada pela união da *intelligentsia* (principalmente ex-professores) com membros das classes trabalhadoras e médias que ascenderam por intermédio dos sindicatos do setor privado e público (principalmente de nível médio)" ("Partidos, Ideologia e Composição Social", *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº 48, fevereiro de 2002, p. 42). Indício mais atual disso está na incorporação de ex-sindicalistas da CUT no primeiro escalão do governo Lula: além do próprio Lula, Olívio Dutra, Marina Silva, Luís Dulce, Eduardo Dutra, Jaques Wagner, Luís Guchiken, Ricardo Berzoini (Tarso Genro foi advogado do Sindicato dos Bancários do Rio Grande Sul, um dos fundadores da CUT).

18 Exemplo disso ocorreu em relação à questão da Dívida Externa: já no final da década de 80, enquanto a CUT manteve-se como defensora da bandeira histórica do seu "não pagamento", o PT evoluiu para uma posição mais amena, passando a defender sua "suspensão".

19 Para um debate sobre o MST, origens, constituição e estratégias, ver, de Navarro, Zander "'Mobilização sem Emancipação' – As Lutas Sociais dos Sem-Terra no Brasil" e "O MST e a Canonização da Ação Coletiva (Resposta a Horário Martins Carvalho)" e, de Carvalho, Horácio Martins de, "A Emancipação do Movimento no Movimento de Emancipação Social Continuada (Resposta a Zander Navarro)", *in* Santos, Boaventura de Souza (org.), *Produzir para Viver: Os Caminhos da Produção Não Capitalista*, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 2002.

20 O debate sobre a relação entre "ação direta" e "ação institucional", que se estabeleceu no interior do CDP, especialmente por ocasião do seu envolvimento no processo Constituinte, na segunda metade da década de 80 (reconstituído, por exemplo, em Garcia, Marco Aurélio, "Os Trabalhadores na Hora da Constituinte", *in Revista Desvios*, São Paulo, nº 04, 1985), já sinalizava para tais implicações.

que constituem o CDP, apesar de todo o distanciamento crítico com o qual sempre se posicionou frente a tal referência teórico-histórica. Desencadeou-se um difícil debate interno. Desde então, o PT, em particular, não tem conseguido, sob divergências internas, ir além de uma reafirmação vaga da idéia de "Socialismo Petista"[21], ao mesmo tempo que tem dado reconhecidos passos, quanto mais consegue ampliar sua presença nas administrações municipais e estaduais, no desenvolvimento de experiências práticas inovadoras no campo da gestão pública. O destaque, inclusive com repercussão internacional, têm sido as experiências de Orçamento Participativo[22].

A proposta de um governo de *coalizão nacional*, apurada e estabelecida como o horizonte do programa da campanha de Lula, consolida e ultrapassa uma tendência crescente, no PT, sobretudo verificada a partir da derrota de 1989, de buscar ampliar sua política de alianças, ao mesmo tempo moderando o conteúdo programático de suas plataformas eleitorais. No fundo de tal metamorfose, um projeto originalmente centrado na polarização *capital-trabalho* e orientado pela referência do *socialismo*, sob o impacto da crise do referencial socialista, em meio a importantes controvérsias internas e em diálogo com significativas experiências eleitorais e de governo local, foi dando lugar, de maneira gradativa, a um horizonte de base mais alargada, centrado cada vez mais na polarização com o modelo *neoliberal*.

A idéia de um governo de *coalizão nacional* ultrapassa tal tendência, na medida em que, a partir do marco decisivo da aliança com o PL e da indicação do empresário José de Alencar como vice na chapa de Lula, busca uma composição eleitoral e de governo que vai além do núcleo do CDP, de uma maneira que não havia feito

[21] Fortes, Alexandre, texto divulgado no site da *Fundação Perseu Abramo*, www.fpabramo.org.br.

[22] A esse respeito, ver, por exemplo: Santos, Boaventura de Souza, "Participatory Budgeting in Porto Alegre: Toward a Redistributive Democracy", *Politics and Society*, nº 26, 1998; Avritzer, Leonardo, "Modelos de Deliberação Democrática: Uma Análise do Orçamento Participativo no Brasil", *in* Santos, Boaventura de Souza (org), *Democratizar a Democracia: Os Caminhos da Democracia Participativa*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002; Carvalho, Maria do Carmo, "Orçamento Participativo: em Mauá, Ribeirão Pires e Santo André – Gestão 1997/2000", *in* Véras, Roberto (org.), *Caderno de Formação II*, São Paulo, Escola Sindical São Paulo/Sindicato dos Bancários de São Paulo, 2001.

antes, em uma evidente inflexão na sua trajetória. Se empenha, de um lado, em atrair segmentos do empresariado e políticos sem identidade com a esquerda, passando a adotar um discurso marcado por concessões inéditas ao universo empresarial. E, de outro, em evitar associações mais diretas frente à própria CUT e, sobretudo, a segmentos mais radicalizados como o MST. Substitui, com isso, a idéia de *ruptura* por referências como *pacto social* e *transição*.

A vitória de Lula trouxe pelo menos duas novas condições que atuaram diretamente sobre a conformação do CDP e, conseqüentemente, sobre as relações que o constituem. Uma política de alianças ampliada, incorporando segmentos antes alheios, distantes ou até mesmo críticos em relação à sua trajetória, repõe em patamar inédito o problema da delimitação de suas fronteiras e de sua identidade, assim como os termos dos compromissos que dão-lhe substância[23]. De outra parte, a conversão da *expressão partidária* do CDP em *governo* implicou e suscitou importantes readequações de papéis e de modos de inserção da parte de cada um dos seus segmentos constitutivos, seja no seu lado *expressão partidária* e *governo*, seja no seu lado *segmentos organizados da sociedade civil*.

Nos primeiros momentos após a vitória, as relações de *identidade* e *compromisso*, que historicamente têm garantido ao CDP a condição de portador de um projeto político alternativo para o país, foram de certo modo reafirmadas. Observaram-se, é certo, sinais de potenciais conflitos e desgastes internos[24]. Mas, no calor sinérgico da esplêndida vitória, na perplexidade do ineditismo do acontecimento, na expectativa de inaugurar-se um novo ciclo histórico no país e, quiçá, na América Latina, prevaleceu um sentimento de esperança e confiança.

O CDP, no seu destacamento *governo*, ao invés de se colocar como a expressão político-institucional da ótica do *trabalho* e sob a perspectiva da *ruptura*, como

[23] A estratégia da campanha, no sentido de buscar ampliar as alianças e reorientar o discurso, tornando-o mais palatável às forças e eleitores de perfil mais distantes da esquerda, foi inquestionavelmente muito eficaz. Ou seja, foi capaz de suscitar a correspondência dos setores a quem se dirigiu, sem perder as forças e eleitores comprometidos historicamente com o projeto do CDP. Resta saber se, no exercício do governo, a mesma estratégia terá o mesmo sucesso.

[24] O episódio que envolveu a senadora Heloísa Helena e a Executiva Nacional do Partido, quando da escolha de Henrique Meirelles para a presidência do Banco Central foi exemplo disso.

assim exercitaram suas formas partidárias, agora assumia-se como o patrocinador do *pacto social*, de um novo *contrato social*, alimentando a expectativa de que viesse com isso levar o país a adotar um padrão de sociabilidade no qual os conflitos e as organizações de classe fossem reconhecidos como manifestações legítimas e imprescindíveis à consolidação da democracia. Os movimentos sociais populares, as organizações sindicais e demais manifestações organizadas da sociedade civil foram desafiadas a encarar esse projeto de governo como um *compromisso*, agora não mais como uma expressão mais direta de suas demandas e proposições[25], mas sobretudo no sentido de garantir condições políticas e institucionais indispensáveis à sua consolidação como *sujeitos políticos autônomos*, co-responsáveis pelos destinos da sociedade[26]. Nesse sentido, o governo Lula, na perspectiva dos portadores de demandas sociais e proposições políticas voltadas à transformação social, não representou uma *garantia*, mas uma *oportunidade* (ímpar). Frente àquele, os movimentos sociais se viram, ao mesmo tempo, sob a ótica do *compromisso* e da *autonomia*.

Encontrar o ponto de equilíbrio entre um e outro, tarefa nada simples, foi o que tentou fazer segmentos do CDP, na sua expressão *sociedade civil*, desde os primeiros momentos, tal como o MST. Este, ao longo de todo o processo da campanha e da transição, foi emitindo sinais que indicavam a reafirmação tanto do

[25] Isso, evidentemente, não isenta o PT, dada sua condição de expressão partidária nuclear do CDP e agora do governo Lula, de resistir a um tensionamento crescente no sentido de distanciar-se dos movimentos sociais em geral. Quanto mais se aproxima da condição de *governo* mais modera seu discurso e diferencia-se, na sua dinâmica e referências, dos movimentos sociais (que apesar de também sofrerem processos de institucionalização, tendem a preservarem-se como canais de reivindicação e pressão e a manterem uma maior radicalidade em suas ações e bandeiras). Está em questão a forma que no futuro assumirá tal relação. Nos termos de Marco Aurélio Nogueira (professor de Teoria Política da Unesp, Espaço Acadêmico, revista eletrônica): "A questão que estaria posta hoje, portanto, é a de saber de que modo o PT está passando do social para o institucional: se avança perdendo os movimentos sociais que lhe estão no sangue ou se avança deixando-se contagiar por eles; se atua para "domesticar" o social, tirando-lhe a espontaneidade e a radicalidade, ou se atua para imprimir ao social uma nova qualidade, fazendo com que supere sua dispersão, seu corporativismo e se projete como força efetivamente transformadora".

[26] Garantir tais condições tem sido uma tarefa para a qual o CDP credenciou-se como única força capaz, no país, de torná-la possível.

seu compromisso com a candidatura e o governo Lula, como de sua autonomia para posicionar-se, quando necessário, criticamente diante dele[27].

A própria CUT, que não abria mão de se sentir historicamente representada na vitória de Lula, procurou evitar ganhar a pecha de "sindicalismo oficial"[28]. Mesmo assim, as lideranças sindicais que situam-se no CDP e se empenharam na campanha de Lula sentiam-se pressionados entre sua responsabilidade política com o projeto que o novo governo se propunha a executar e sua condição de representante sindical das demandas dos trabalhadores[29].

Entretanto, naquele contexto, os termos em que estavam colocadas as possibilidades do governo Lula tendiam a pressionar o CDP, naquilo que o tem preservado como relações de identidades e compromissos, especialmente no sentido de distinguir cada vez mais (suscitando-lhe conflitos) suas expressões *governo* e *partido*, de um lado, e *sociedade civil organizada*, do outro. As conseqüências para ambos os lados, quanto mais a diferenciação de papéis tendia a resvalar para o estranhamento recíproco e o conflito aberto, teriam que ser desarticuladoras. Para o projeto de governo, estaria sob risco aquilo que o diferenciava essencialmente dos demais, a possibilidade de assentar-se em uma base social viva, que demanda e propõe mudanças. Para os movimentos e

---

27 Ilustrativo, quanto a isso, foi a declaração de João Pedro Stédile ao jornal *El País*, reproduzida pela *Folha de São Paulo*, em 24/10/02, anunciando que em um eventual governo Lula "haverá um processo de mobilizações sociais do qual participarão os sem terra, os trabalhadores do setor público, que apoiarão as mudanças de que o Brasil necessita". E, ainda: "Estou falando em movimento de massas para pressionar em favor de mudanças. Se o governo Lula entender essa mensagem, ela fortalecerá o processo de mudança. Se, pelo contrário, tentar enganar o povo pedindo paciência, acabará como De la Rúa". Reforçam-nas as declarações do porta-voz do encontro que a direção nacional do Movimento convocou no início de dezembro último: "foi um sonho que ajudamos a construir", "o MST tem responsabilidade histórica por esse momento e não vamos ficar fora dele", "participamos efetivamente da campanha de Lula, ajudamos a elegê-lo, mas agora cada um tem a sua tarefa" (*Folha de São Paulo*, 04/12/02).

28 Por exemplo, ao ser sinalizado, pelo ministro da Previdência, Ricardo Berzoini, de que os militares poderiam receber um tratamento especial quando da reforma da Previdência, João Felício, presidente da CUT, declarou: "Seremos contra qualquer exclusão do sistema universal de aposentadoria. Manifestações, paralisações, pressões aos parlamentares, vamos fazer o que sempre fizemos nos 19 anos de existência da CUT". E completou: "Berzoini sabe bem como nós agimos" (*Folha de São Paulo*, 16/01/03).

29 Situação que Luis Marinho, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, filiado à CUT, resumiu assim: "Não é porque nós seremos vistos como governo que vamos assistir passivamente a uma eventual lentidão nas ações do governo. Vamos cumprir o papel do sindicato como sempre cumprimos. É nossa obrigação cobrar. Porque certamente vamos ser cobrados. Mas eu enxergo que há a intenção de fazer e nós precisamos estar à disposição para ajudar" (*Isto É*, 22/01/03).

organizações sociais orientados pela perspectiva do CDP, estava sob risco uma oportunidade histórica de poder contar com condições políticas e institucionais favoráveis à sua afirmação como *sujeitos políticos autônomos*, plenos de direitos e de responsabilidades públicas. A possibilidade de construir-se um caminho virtuoso para tais tensionamentos, segundo indicava o próprio projeto do novo governo, encontrava-se no *pacto social*, na construção de um novo *contrato social*.

Tensões estruturantes e possibilidades do governo Lula

O CDP chegou à condição de *governo* pressionado por tensões importantes. Destacamos duas ordens de tensionamentos, que aqui admitimos como *estruturantes*, no que se refere às possibilidades que delimitava.

A primeira relaciona-se à consolidação de uma tendência que vinha se estabelecendo gradativa e persistentemente no CDP, de incorporação do empresariado na sua base social e horizonte programático. Não foi à toa que o discurso da campanha eleitoral, com um dos focos centrais no compromisso com a *produção*, foi em muito direcionado para envolver tal segmento nos dois sentidos. Claro está que, mesmo sob tais compromissos, por mais consistentes que viessem a afirmarem-se, as tensões *capital-trabalho*, constitutivas de qualquer sociedade capitalista, não poderiam desaparecer. Ainda mais porque estavam na pauta do governo e da sociedade reformas que, quanto a esse âmbito, suscitariam necessariamente conflitos explícitos e decisivos (sobretudo a *trabalhista*, mas também a *agrária*, a *tributária* e a *previdenciária*). Tais conflitos, portanto, compunham o próprio âmago do projeto do novo governo. Evidentemente, conforme sistemáticas sinalizações emitidas desde a campanha, não tendiam a ser tomados como prioritários, ao mesmo tempo em que deveriam ser valorizados como legítimos e passíveis de serem enfrentados democraticamente. Disso dependia, no entanto, a conformação de um novo padrão de sociabilidade, que, conforme indicação, deveria ser promovido através da construção de um *pacto social*.

A segunda ordem de tensionamento tendia a assumir um lugar mais central. Tratava-se daquela em relação à qual os compromissos articuladores do programa eleitoral e de governo, com o *social*, com a *produção*, com o *desenvolvimento sustentável*, com o resgate do *projeto nacional* em bases *soberanas* etc, se colocavam como contraponto. O projeto do novo governo encontrava-se pressionado precisamente entre duas forças principais, contraditórias entre si, que o desafiavam em seus propósitos, em sua viabilidade e mesmo em sua natureza. De um lado, situamvan-se as *demandas sociais*, tomadas como resultado da combinação das históricas desigualdades sociais, do seu agravamento sofrido ao longo da década de 90 e do processo de organização popular e formulação política das últimas duas décadas, que lhe dava forma e visibilidade pública, mesmo que sob certas limitações. A essas agregavam-se as demandas dos segmentos empresariais, incorporadas de maneira mais explícita no programa eleitoral e no projeto do governo Lula, no sentido de priorizar a *produção* em contraposição à *financeirização* da economia. Somavam-se aí, ainda, as expectativas da população em geral, que votou esmagadoramente no candidato (tão mitificado) da "mudança".

De outro lado, colocavam-se as *exigências do capital financeiro* (este, mitificado sob a denominação de "mercado"), que se orientam sempre no sentido de garantir e aprofundar a dependência do país e o comprometimento da economia nacional com os seus interesses[30]. Como obstáculos à priorização das demandas sociais, acrescentavam-se as pressões do *fisiologismo*, que, esperava-se, seriam cada vez maiores quanto mais segmentos fossem agregados à base do governo, sobretudo quanto mais atraídos por uma percepção mesquinha do poder público[31]. Assim

[30] Tarso Genro (em *Crise da Democracia*, Editora Vozes, 2002) se refere a um "novo colonialismo", apoiado no "imenso poder tutelar" do capital financeiro transnacional, que legislando "de fora" exige do Estado nacional o ajustamento do direito interno às suas necessidades. Sob tais condições, os governos que ousam opor resistência são "asfixiados". Para isso os representantes desse setor do capital contam com o seu poder de, nas palavras de George Soros (megainvestidor do mercado financeiro), impor o "caos" (como vem testemunhando a Venezuela). No caso particular do Brasil, como tem enfatizado Francisco de Oliveira, "FHC fincou uma estaca forte de não-retorno", de tal maneira que "a política econômica do presidente Lula está grandemente determinada pela herança de FHC" (*Folha de São Paulo*, 29/12/02).

[31] A necessidade de compor uma base parlamentar majoritária, com mais evidência nos momentos decisivos para aprovação dos projetos de interesse do governo, é certo que alimentaria uma pressão permanente nesse

como, agreguem-se ainda, as resistências que certamente resultariam de práticas autoritárias, burocráticas, clientelistas, corrompidas e corruptoras, arraigadas no âmbito da máquina administrativa e na sua relação com a sociedade.

O CDP, e sua expressão *governo* em particular, encontrava-se diante do complexo desafio de apontar para mudanças significativas, que efetivamente alterassem o sentido das tendências sociais, políticas e econômicas, sem no entanto estabelecer *rupturas* tais e em prazos para os quais a atual correlação interna e externa de forças não fosse capaz de suportar. A estratégia adotada foi a de combinar um duplo jogo. Numa mão, fazendo concessões imediatas às *exigências do mercado*, na medida necessária a evitar riscos de uma desestabilização financeira, que por sua vez comprometesse a viabilidade de qualquer projeto de mudanças e do próprio governo. As sinalizações nessa direção começaram, já no próprio processo eleitoral, com enfáticas declarações do comando da candidatura Lula no sentido do cumprimento de todos os contratos financeiros do país, da adoção de uma política fiscal e monetária ortodoxa, da aceitação dos termos do acordo com o FMI (geração de superávit primário, metas de inflação, autonomia do Banco Central etc). O seu principal emblema foi, naquele momento, a indicação do banqueiro Henrique Meirelles para a presidência do Banco Central.

Na outra mão, a estratégia do governo buscou reunir condições imediatas para sinalizar no sentido das *demandas sociais*. O Programa Fome Zero foi, quanto a isso, a iniciativa de maior destaque. Mas, para além dos estreitos limites propiciados pelas condições imediatas, apostou-se numa reversão gradativa e persistente da dependência extrema da economia do país frente ao capital *financeiro-global*, de modo a ir consolidando um processo de "transição" que apontasse para a superação da condição de território-refém das políticas neoliberais.

Uma "transição" sem "rupturas" requeria, nas palavras de Aloísio Mercadante, o "compromisso de mudança com responsabilidade"[32]. Ou, nos termos de Antonio

---

sentido. As negociações para a inclusão do PMDB na base do governo, enquanto partido, e não como parlamentares avulsos, visava circunscrever tal situação dentro de certos limites.

[32] *Folha de São Paulo*, 17/11/02.

Palloci, no seu discurso de posse, "Para superar a atual dissociação entre estabilidade e crescimento, o Brasil precisará realizar, nos próximos anos, uma criteriosa, responsável e cuidadosa transição do quadro econômico e social deixado pelo atual governo para a recuperação de sua capacidade de crescimento, já demonstrada em grande parte do século 20". Ou, ainda, na mensagem do próprio Lula, no ato de sua posse: "Vamos mudar, sim. Mudar com coragem e cuidado, humildade e ousadia. Mudar tendo consciência de que a mudança é um processo gradativo e continuado, não um simples ato de vontade, não um arroubo voluntarista. Mudança por meio do diálogo e da negociação, sem atropelos ou precipitações, para que o resultado seja consistente e duradouro".

Requereria do novo governo e das forças que o apoiavam, no mínimo, o que Luís Fiori[33] chamou de uma "manobra fina e atilada". Não é à toa que, desde a adoção de tal estratégia, desde a campanha, o comando da candidatura Lula e do novo governo teve um extremo cuidado em sinalizar alternadamente nas duas direções indicadas. São inúmeros os exemplos do sentido ritualístico que tal atitude adquiriu nos gestos do candidato, do presidente eleito e do presidente empossado. Um dos mais emblemáticos: a decisão do governo de participar do Fórum Social Mundial e do Fórum Econômico Mundial[34].

Evidentemente, da mesma maneira que o governo Lula tinha razões para acreditar que poderia conduzir uma "transição" sem "rupturas", do atual modelo para um pós-neoliberalismo, o "mercado" optava por pressionar por crescentes concessões por parte daquele (forçando-o ao entendimento de que não há alternativas) e, com base no seu extraordinário capital político, por realizar as "reformas" que FHC deixou inconclusas.

Os resultados dessa opção estratégica do governo Lula eram, como qualquer outra, imprevisíveis. As perspectivas de abordá-la e avaliá-la, manifestavam-se nas mais

[33] Op. Cit.

[34] Sob o argumento de fazer uma ponte entre Porto Alegre e Davos, sobretudo no sentido de levar a mensagem do primeiro ao segundo Fórum, e de neste propor um "pacto mundial" pela erradicação da fome. O que, pelo menos em termos de repercussão na imprensa mundial, foi muito extraordináriamente bem sucedido.

diversas direções. Havia quem prefisse destacar o caráter adverso das condições que se apresentavam, como o sociólogo Brasilio Sallum Jr.:

> *"Lula e a facção majoritária do PT terão que realizar a difícil tarefa de conciliar as demandas do establishment por uma gestão 'responsável' da economia com as reivindicações da 'esquerda' do partido, das organizações sociais, dos governadores e prefeitos inclinados a demandar políticas mais nacionalistas e menos rígidas do ponto de vista fiscal ou monetário. Tudo sem falar em dois outros componentes importantes da equação: a dificuldade de formar uma maioria estável no Congresso e as limitações externas decorrentes da guinada conservadora no plano internacional, com a eleição de George W. Bush, especialmente depois dos atentados de 11 de setembro de 2001"*[35].

Para o historiador americano Jeffrey W. Rubin, a ênfase deveria recair sobre o poder do capital financeiro de impor seus interesses. Considerava que, na hipótese dos investidores domésticos e internacionais se verem descontentes com o rumo que viesse a ser adotado no país, a sua fuga implicará no "estrangulamento da economia" e então "será impossível haver mudança, e a democracia terá sido derrotada". Em tal caso, acrescentou, "teremos que revisar visões tradicionais quanto ao apoio internacional à democracia e reconhecer uma verdade diferente: a comunidade internacional só apoia a democracia nos países em desenvolvimento enquanto a prática democrática não fizer muita coisa além de administrar eficientemente o status quo"[36].

O filósofo José Arthur Giannotti, de sua parte, chamou a atenção para uma suposta imprecisão do programa do governo, que estaria acarretando "intranquilidade" nos *mercados*. Tal indefinição estaria relacionada, apesar do bem sucedido "pragmatismo" da estratégia política da direção do PT, com a dúvida sobre se esta terá condições de conter o "voluntarismo" dos "deserdados do socialismo" e dos "representantes dos movimentos sociais mais duros". E finalizou com uma receita:

---

[35] *Folha de São Paulo*, 28/10/02.
[36] *The New York Times*, 24/10/02.

"Não exageremos, porém, tensões desse tipo podem ser muitas vezes anuladas por cargos e escrivaninhas"[37].

Maria Vitória Benevides, diferentemente, destacou o risco dos "sem-tudo" pressionarem pelo atendimento de imediato de suas carências seculares:

> *"De uma hora para outra, será impossível resolver esses problemas. Então terá que ser estabelecido um sistema de canais, por meio do Congresso, dos partidos e das entidades da sociedade civil, para que essas demandas não se transformem em terríveis frustrações ou em revoltas mesmo. E portanto é preciso que alguns programas sejam implementados com prioridade para que sinalizem, pelo menos - não vamos resolver tudo agora -, uma pauta de resolução e encaminhamento dos problemas"*[38].

Celso Furtado alertou: um país que sobrevive de constantes endividamentos, como o Brasil, tem uma margem de manobra e espaço para inovar reduzidos. Sob tais condições, sob pena do país "quebrar", não haveria alternativa, é preciso "romper" com o modelo atual. Um exemplo para não ser seguido estaria no caso argentino. Para ele, os planos de investimentos sociais do governo Lula são incompatíveis com a manutenção do superávit fiscal acordado com o FMI (3,75% do PIB). Ao mesmo tempo admite que "se o Brasil faz uma moratória, a reação será muito violenta"[39].

Enquanto Francisco de Oliveira, mais cético, colocou a necessidade de tal "ruptura" em um outro patamar:

> *"O governo Lula ou ultrapassa a 'era FHC' ou estará definitivamente classificado dentro dela e, no futuro, historiadores e sociólogos reconhecerão um longo período de hegemonia neoliberal que englobará FHC e seus sucessores por um tempo que, hoje, ainda não é previsível. Ultrapassar quer dizer estabelecer novas formas de propriedade social, redistribuir renda com um vigor e uma velocidade que não permita ao sistema adaptar-se e antecipar-se às transformações. A radicalidade estará em um programa que leve ao*

---

[37] *Folha de São Paulo*, 28/10/02.
[38] Em entrevista ao site da campanha Lula, www.lula.org.br., em 28/10/01.
[39] *Folha de São Paulo*, 06/11/02.

infinito a proposta de uma renda societal, para além das reengenharias do trabalho e do neodesenvolvimentismo, já que o velho e bom emprego formal não voltará. Ultrapassar quer dizer inscrever a miséria e a desigualdade definitivamente como obstáculos intransponíveis, em vez de acidentes de uma má política econômica, que somente poderão ser resolvidas pela reestruturação do sistema que as supere. Quaisquer outras 'políticas sociais' poderão ser apenas funcionalizações da pobreza. É preciso dizer isso em alto e bom som. Programas como o Fome Zero não têm essa qualidade"[40].

Já Antônio Cândido, mais confiante, embora admitindo que "as elites procurarão conformar Lula à sua imagem, quebrando se possível a sua força transformadora", alimentava a convicção de que "o Partido dos Trabalhadores tem estrutura bastante aberta para comportar variações táticas e, ao mesmo tempo, manter as diretrizes fundamentais, que pressupõem a luta constante pela justiça social em todos os sentidos, porque sem igualdade efetiva não há democracia real"[41].

Sob ângulos de abordagem os mais diversos e, até, contraditórios entre si, não havia quem não admitisse que as margens de manobra eram enfaticamente estreitas. As duas ordens de tensionamento aqui discutidas estabeleciam, de lugares diferentes, os termos sob os quais o jogo seria jogado. O pano de fundo não seria senão o resultado de uma determinada conformação das disputas e alianças entre aqueles três projetos, citados por Luís Fiori, que têm permeado a história da República brasileira; o *liberal*, o *nacional-desenvolvimentista* e o *democrático-popular*. O resumo da ópera: sob uma hegemonia global neoliberal, articulava-se no Brasil um governo de *coalizão nacional* em torno de elementos referenciados nos dois últimos campos (reelaborando-os, em alguma medida, sem no entanto ter sido capaz de alcançar um desenho mais precisamente delineado), como um contraponto ao primeiro. Indicavam-se: a retomada do desenvolvimento como norte das políticas macroeconômicas, o resgate da idéia de projeto nacional, a promoção de um novo contrato social, uma prioridade para as políticas de inclusão social e de promoção

[40] *Folha de São Paulo*, 29/12/02.
[41] *Folha de São Paulo*, 28/10/02.

da cidadania, a democratização na relação Estado-sociedade. Nesses termos, os conflitos resultantes da relação capital-trabalho tenderaim a ser secundarizados em favor de um esforço conjunto da sociedade (articulada sob o *pacto social*) no sentido de se contrapor e superar o modelo neoliberal.

Retornando à perspectiva dos segmentos organizados da sociedade civil identificados com o CDP, quando nos referimos às tensões por nós tomadas como *estruturantes*, o fizemos para, em primeiro lugar, realçar mais ainda a percepção do contexto que se inaugurava não como uma *garantia*, mas como uma *oportunidade*. Em segundo lugar, para chamar a atenção para as pressões de efeitos descaracterizantes que as referidas tensões poderiam exercer sobre as relações de identidade e compromisso que fizeram o CDP e, assim, colocar em novo patamar o desafio da parte dos segmentos organizados da sociedade civil de afirmarem-se, ao mesmo tempo, sob a ótica do *compromisso* (com a democratização dos processos institucional e político do país) e da *autonomia* (garantindo-se uma nítida diferenciação de papéis e responsabilidades frente ao *governo*).

O jogo estava começando e seus resultados dependeriam, sob certas condições dadas, de como cada jogador, que se pretendia decisivo, viesse a se posicionar e passar a atuar. No fundo, travava-se uma disputa ideológica entre as "necessidades do mercado" e as "possibilidades da política".

Dos movimentos sociais, organizações sindicais e outros segmentos populares organizados, tal contexto exigia uma demanda politicamente muito mais qualificada (que o levasse a valorizar o alargamento e a consolidação da esfera pública, que lhe permitisse antecipar-se aos debates e que lhe possibilitasse pautar eficazmente a questão social).

Passados quatro anos e diante de um novo momento da vida do país, com a reeleição de Lula, proponho esse pano de fundo como ponto de partida para por em discussão aquilo que se coloca atualmente para o CDP como possibilidades. Isso exigirá um olhar específico sobre os desdobramentos recentes de cada uma de suas dimensões (*governo*, *partidos*, *movimentos sociais*) e sobre as mudanças

implicadas nos termos de suas relações recíprocas. Do ponto de vista, particularmente, dos movimentos sociais, esse debate é imprescindível, visto que governos alternam-se e partidos mudam, podendo cada um desses aproximar-se ou distanciar-se de suas demandas mais fundamentais. De modo que sempre se colocará para esses (os movimentos sociais) o desafio de buscarem uma forma de relação com o Estado e com os partidos que melhor potencializem a conversão de suas demandas em questões públicas.